

Estabilidade democrática deve ter status de bem público



» BENITO SALOMÃO
Professor do Instituto de
Economia e Relações Internacionais
da Universidade Federal de
Uberlândia (UFU)

riscos de retrocessos em termos de garantias e liberdades individuais.

É como se a política, tida como arte de mediar diferenças de forma pacífica, cedesse espaço nas sociedades contemporâneas para um clima de contínua truculência e beligerância. Esse terreno é propício para a proliferação do populismo como uma pseudossolução para conflitos. No meio desse conflito e ambiente hostil, estão as instituições democráticas, tendo que lidar com a oposição daqueles que querem subvertê-las.

Em outro artigo neste espaço, mencionei o *Paradoxo da Tolerância*, de Norberto Bobbio, publicado no seu *Elogio à serenidade*. O pressuposto básico para uma organização social democrática é a tolerância, entendida aqui como respeito a opiniões divergentes. Porém, em contextos como o atual, é permitido à democracia tolerar divergências quanto à sua própria existência? A resposta evidentemente é não, mas isso causa um problema adicional, já que esse conjunto de ideias antidemocráticas estão aí, compõem parte do “espírito do nosso tempo” e as democracias ocidentais parecem não estar preparadas, no campo da política e da justiça, para enfrentar arroubos autoritários que surgem e se proliferam mundo afora.

Isso principalmente porque boa parte do discurso autoritário dos nossos tempos vem camuflado por uma falsa roupagem de defesa das liberdades. O novo autoritarismo reivindica direitos como o de liberdade de expressão para atacar as instituições constituídas, o que empurra as instituições para uma posição reativa, quase sempre tendo que mediar situações diante do dilema do *Paradoxo da Tolerância*: tolerar ou não posições políticas contrárias à sua própria existência? Não há resposta unificada, tão pouco coordenada. Nos lugares onde o dilema aparece, as reações têm sido heterogêneas.

Mas, a propósito, o que tudo isso tem a ver com bens públicos? A resposta é simples, as instabilidades democráticas, que se tornaram o novo normal neste quarto de século, para além das implicações político-jurídicas supracitadas, exercem efeitos deletérios sobre a performance econômica. O modo de produção capitalista sustenta-se em dois pilares: i) a propriedade privada e ii) as trocas de excedentes. Esses pressupostos se sustentam em decisões humanas de produção e consumo e, para que sejam verificadas em plenitude, um elemento precisa ser verificado — a confiança.

No livro *The animal spirits*, George Akerlof e Robert Shiller argumentam que a confiança (ou a falta dela) se propaga numa economia como uma epidemia. Nesse contexto, as instabilidades geradas pelo processo político beligerante do século 21 tem elevada capacidade de prejudicar o ambiente de negócios. É como se tais instabilidades atuassem como uma externalidade negativa sobre o organismo econômico, produzindo incertezas e comprimindo o horizonte de previsibilidade de agentes econômicos que devem decidir.

Como tais instabilidades são difíceis de serem quantificadas, os economistas fazem pouca menção a elas, tratando como o ruído dos seus modelos. Porém, o fato de um evento não ser observável (ou quantificável) não o torna inexistente. Nesse aspecto, uma democracia estável, com respeito às instituições e às opiniões divergentes (o princípio da tolerância), deve ser alçada ao status de bem público, estimulando a confiança, gerando um ambiente favorável à economia de negócios, de forma que todos se beneficiem dele. Isto é, a estabilidade democrática é um bem não excludente e não rival.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.dj@dabr.com.br



A ficção do futuro

Não restam dúvidas de que as redes sociais foram, entre os vários setores da economia tecnológica, as que mais lucraram, em todos os sentidos, com a expansão global da internet. A internet é do povo, como o ar é do avião. O que esses tempos conturbados mostram é que crescem, em ocasiões assim, a procura por magos, ciganos, feiticeiros e outros xamãs. Todos buscam saídas para o futuro, qualquer um que seja. Um desses programas de prognosticar o dia de amanhã é feito por um tal “Cigano do Além Mar”. Num desses episódios, o tal cigano expôs tudo o que viria em seguida. Ou seja, amanhã, no mês que vem e assim por diante até as próximas eleições. Contou ele que toda trama atual está agora atingindo seu clímax.

Um folhetim sobre um país que procura, no futuro, a resposta perdida no presente é o que temos para hoje. Dizem que o século 21 seria a era da informação. E é. Só se esqueceram de avisar que informação não é sinônimo de entendimento. O Brasil, esta grande embarcação que avança a remos e contra marés, navega em águas turvas. A política não dá trégua, a economia aperta o cinto até onde não há mais furo, e a população vive, como dizem os mais antigos, “a pão e água” — mas conectada, sempre conectada.

Se há um setor que ganhou com essa história toda foi o das redes sociais. Plataformas globais, com nomes reluzentes e bolsos profundos, transformaram-se em verdadeiras catedrais digitais. E o povo, fiel devoto, comparece diariamente ao culto. A internet é do povo como o ar é do avião. Nos tempos de crise, o coração humano se volta para o que não pode ver, tocar ou medir. E é aí que florescem, como pragas ou como jardins, as figuras dos adivinhos digitais. Programas como Visão 2025, Oráculo News, AstroPolítica Brasil e Linha Direta com o Amanhã ganham seguidores fiéis. O algoritmo trata de entregar o mais do mesmo, embalado em promessas de que, sim, o futuro pode ser antecipado e, com sorte, até manipulado. Entre eles, brilha, ou pelo menos pisca, o tal Cigano do Além Mar. Personagem ou pessoa? Ninguém sabe. Ele próprio garante ser um alter ego coletivo, uma voz que fala pelo povo, mas sem a obrigação de acertar. Afinal, nestes tempos de regulação iminente, opinar é quase como sussurrar num confessionário: não se sabe quem escuta, nem o que farão com as palavras ditas.

O Cigano é irreverente, diz o que pensa e pensa o que quer, o que é luxo raro. A plateia digital, entre gargalhadas e espanto, lotou a caixa de comentários. Segundo o Cigano, o que virá amanhã, no mês que vem, ou até as próximas eleições, está escrito. Só que a escrita, ele adverte, não é em papel — é em nuvem, e, na nuvem, tudo pode ser editado. Por isso, garante, nada é definitivo: só o provisório.

O que hoje parece desgraça pode ser, amanhã, anúncio de prosperidade. Ou vice-versa. Enquanto isso, o país real segue seu curso: preços subindo, empregos rareando, discursos endurecendo. A cada nova tensão no noticiário, aumenta a audiência dos programas de adivinhação política. Não são só os crentes ou crédulos que assistem. Há também os curiosos, os desesperados e, claro, os que buscam confirmar apenas aquilo em que acreditam. Os políticos, na surdina, adoram esses xamãs e não dão um passo sem antes escutar o que predizem. No fundo, o que move esse interesse não é o amor pelo misticismo, mas o desespero por alguma certeza.

No Brasil, onde a realidade é volátil como *trending topic*, ter alguém, mesmo um personagem de chapéu largo e olhar astuto, que arrisque dizer que o que vem pela frente é um alívio. O Cigano, por sua vez, sabe que suas “visões” são mais espelho do que janela. Refletem a ansiedade coletiva, o desejo de ordem em meio ao caos. E, quando exagera, quando provoca, quando ri da própria profecia, é como se dissesse: “Eu sou vocês, e vocês são eu. Estamos todos tentando adivinhar o amanhã”.

Talvez seja por isso que, mesmo sem credenciais, sem estatísticas, sem fontes oficiais, ele siga conquistando espaço. Porque, num país onde até o passado é incerto, quem não quer ouvir alguém falar do futuro com a confiança de quem leu o roteiro inteiro? E, assim, entre lives, áudios de WhatsApp e cortes para o TikTok, o Cigano do Além Mar vai tecendo sua narrativa. Uma novela interativa em que cada seguidor se torna cúmplice e personagem. Ninguém sabe como termina e, talvez, essa seja a única previsão realmente confiável. O mais difícil é mesmo prever o futuro daquilo que nos parece ficção.

A frase que foi pronunciada:

“Não conheço maneira de julgar o futuro a não ser pelo passado”

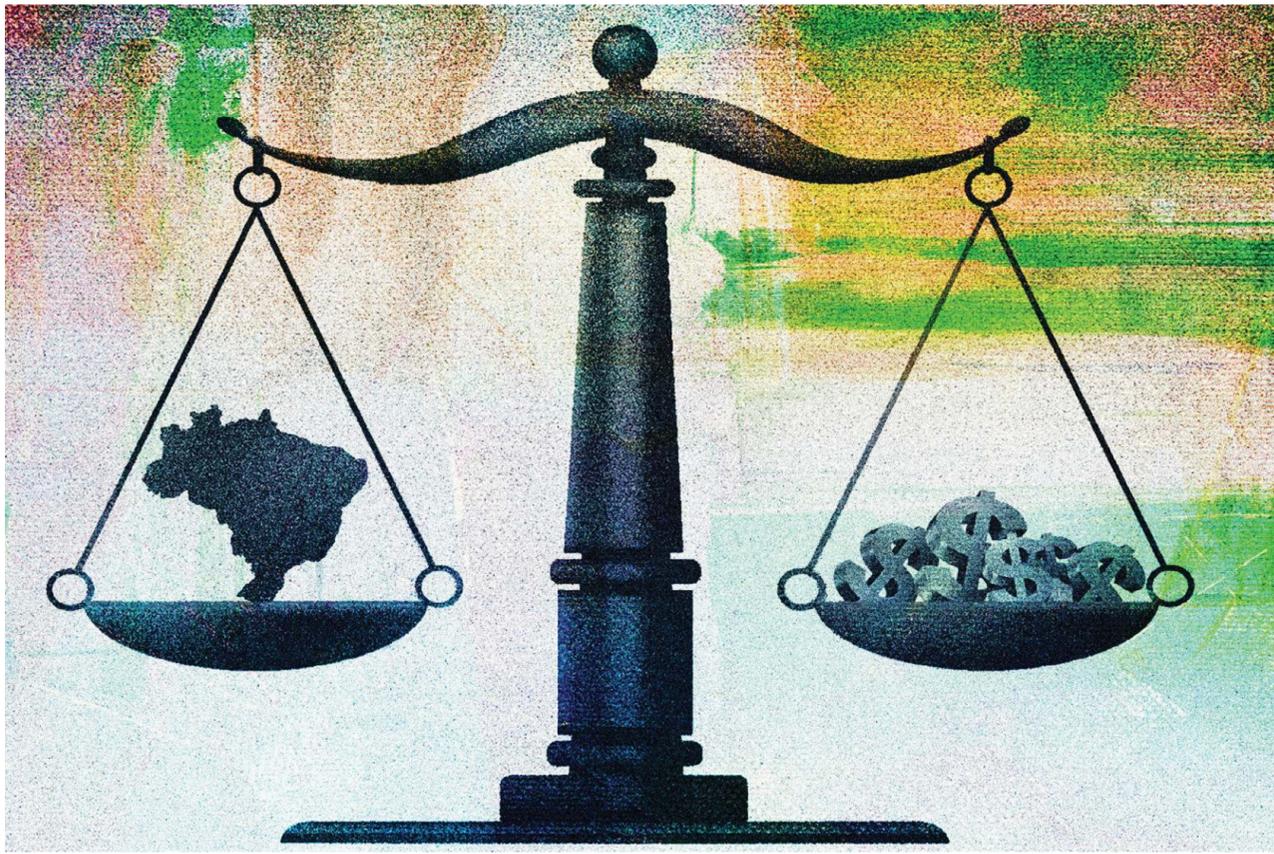
Confúcio

História de Brasília

Lá, a pessoa é informada de que precisará de selos, e não tem ninguém vendendo. Terá que vir ao Plano Piloto e voltar, perfazendo um total de 36 quilômetros a mais.

(Publicada em 8/5/1962)

Maurenilson Freire



Navios negreiros e petroleiros: o Brasil apegado ao atraso



» MARCELO COUTINHO
Professor da Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
e especialista em indústria de
hidrogênio verde

como se fosse uma commodity. Mas o que isso tem a ver com os navios petroleiros de hoje, quase 200 anos depois? Assim como o fim do tráfico negreiro demarcou o início tardio e relutante da civilização moderna brasileira, o fim da era do petróleo marcará o início da civilização tardia e relutante pós-carbono no Brasil. São vidas humanas em questão, só que, agora, numa escala muito maior. Centenas de milhões de pessoas no mundo já são seriamente atingidas pelas mudanças climáticas. A catástrofe recente do Rio Grande do Sul é prova disso.

Assim como na época em que combateu o imperialismo europeu numa luta inglória e vergonhosa para manter seus navios negreiros com justificativas econômicas e sociais, o Brasil agora combate o neoimperialismo europeu numa luta igualmente inglória para manter seus navios petroleiros e de biocombustíveis a todo vapor, com justificativas socioeconômicas. Sim, o Brasil aderiu à Opep e aos países alinhados com a manutenção do comércio de petróleo. Não tem feito nada concretamente para diminuir a dependência do petróleo e gás natural nos últimos anos, e faz isso porque tem interesse crescente no comércio de combustíveis fósseis. Em 2024, o petróleo se consolidou como o principal produto de exportação brasileira, gerando US\$ 44,8 bilhões e respondendo por 13,3% das vendas externas do país.

Assim como no passado tinha interesse nos navios negreiros, agora a elite brasileira tem interesse nos navios petroleiros. Segundo o último relatório da Opep, “o Brasil está entre os principais impulsores do crescimento futuro do fornecimento global de petróleo”. O país vem subindo tanto a demanda e o consumo quanto a produção de petróleo, e pretende

aumentar ainda mais nas próximas décadas. O transporte rodoviário deve puxar o consumo de diesel no país em +42% até 2050, e a aviação impulsionará o querosene de aviação em +58%.

O Brasil trabalha para adiar a transição energética o quanto pode porque seu orçamento vem em grande parte da venda de combustíveis sujos, assim como parte do dinheiro na primeira metade do século 19 vinha do tráfico negreiro. O país não quer parar com os navios petroleiros, quer, na verdade, aumentar, e trabalha internacionalmente na defesa dos interesses fósseis mantendo um verniz de sustentabilidade. O discurso é pró-transição energética renovável, mas a prática é outra muito diferente. Quando não estão protegendo o capital do petróleo, as instituições nacionais estão defendendo usineiros que fabricam etanol e biodiesel às custas das florestas brasileiras, emitindo ainda mais carbono.

Desta vez, não há um Reino Unido que faça um bloqueio naval aos navios petroleiros e force, assim, a transição na marra, embora já haja uma mudança de era em andamento no mundo. Isso significa que o Brasil continuará como está por mais tempo, com falsas alegações, perdendo na prática a corrida pela indústria energética renovável global. Enquanto o país assina no Brics um documento que dá sobrevivência aos combustíveis fósseis e brinca de petróleo na Foz do Amazonas, a China faz uma revolução energética que a colocará de fato na supremacia mundial tecnológica numa área absolutamente central para o desenvolvimento. A indústria de hidrogênio verde chinesa pisou no acelerador, assim como a potência asiática já vinha fazendo com a indústria eólica, solar e de baterias. O Brasil colonial agradece.

O tráfico negreiro foi, sem dúvida alguma, um dos mais tristes capítulos da história mundial, e o Brasil teve parcela importante de culpa nisso. Mais de 11 milhões de africanos foram transportados da forma mais desumana possível nos navios negreiros. O Brasil foi o último país a abolir a prática em todo o Ocidente. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibiu definitivamente o comércio de pessoas escravizadas. E somente em 1988, com a Lei Áurea, o país aboliu a escravidão.

O Brasil já independente resistiu ao máximo em acabar com o tráfico de escravos. Não fosse a enorme pressão da poderosa Grã-Bretanha, o país simplesmente continuaria com esse pesadelo humano por muito mais tempo. A elite, à época, alegava que o fim do tráfico negreiro traria enormes prejuízos econômicos ao Brasil e chegou até a constituir um Itamaraty para combater internacionalmente as ideias abolicionistas. Felizmente, essa abjeta diplomacia fracassou e o tráfico acabou, fazendo, assim, com que o Brasil pudesse entrar na modernidade civilizatória, ainda que tardiamente.

O navio negreiro era uma embarcação de carga que transportava pessoas escravizadas, principalmente da África para as Américas até o século 19,